

PRODUÇÃO FAMILIAR, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO NO ESPAÇO RURAL DA MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ, MINAS GERAIS

PRODUCCIÓN FAMILIAR, CONSERVACION AMBIENTAL Y TURISMO EN LA MICROREGIÓN DE ITAJUBÁ, MINAS GERAIS

Alexandre Carvalho de Andrade

Doutorando em Geografia: Organização do Espaço (Unesp/Rio Claro). Professor da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás/Pouso Alegre).
Pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários (Unesp/Rio Claro).
andrade.a.c@uol.com.br

Enéas Rente Ferreira

Professor Adjunto do Departamento de Geografia (Unesp/Rio Claro).
Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários (Unesp/Rio Claro).
eneasrf@rc.unesp.br

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar as condições socioeconômicas e do uso do espaço na microrregião de Itajubá, Sul de Minas Gerais. Tendo em vista que as relações entre sociedade, natureza e economia estão se tornando cada vez mais complexas na sociedade pós-moderna, os espaços regionais necessitam de ter estratégias para, assim, atingir o desenvolvimento socioeconômico e utilizar adequadamente dos seus recursos naturais. Na microrregião de Itajubá é crescente o interesse pela conservação ambiental e pelo desenvolvimento do turismo, porém, tal situação pode resultar em consideráveis impactos aos seus moradores, em especial aos que habitam e produzem no espaço rural.

Palavras-chave: Relações sociedade – natureza. Desenvolvimento regional. Turismo. Conservação ambiental. Produção rural familiar.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo el demostrar las condiciones socioeconómicas y la utilización del espacio en la microrregión de Itajubá, en el Sur de Minas Gerais. Teniendo presente que las relaciones entre sociedad, naturaleza y economía se están convirtiendo cada vez mas complejas en la sociedad postmoderna, los espacios regionales necesitan tener estrategias para, así, alcanzar el desarrollo socioeconómico y utilizar adecuadamente

sus recursos naturales. En la microrregión de Itajubá es creciente el interés por la conservación ambiental y por el desarrollo turístico, pero tal situación puede desembocar en un importante impacto en sus habitantes, en especial los que habitan y trabajan en el espacio rural.

Palabras-clave: Relaciones sociedad – naturaleza. Desarrollo regional. Turismo. Conservación ambiental. Producción rural familiar.

Introdução

Em diversos contextos espaciais, a população rural compreende a maioria do contingente demográfico regional. Tal situação promove um arranjo espacial e sociocultural onde as populações e as práticas produtivas se encontram mais dispersas, ocasionando certo “contraste” com áreas notavelmente urbanizadas, recorrentemente consideradas “modernas e progressistas” pela sociedade global e nacional. Porém, é pertinente lembrar a diversidade de situações que envolvem o meio rural, e que são consequências das inter-relações culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais que atuam em um determinado espaço geográfico.

Wanderley (2001) descreve que o espaço rural é onde coexiste a construção social resultante da ocupação do território, do uso do solo e da apropriação dos recursos naturais, mas também é um lugar de vida, onde se constroem e vivenciam as relações sociais, familiares e culturais do cotidiano. Brandão (2007) coloca que as pessoas, os núcleos familiares e as comunidades rurais vivem em espaços cujo lugar central é o sítio, a pequena propriedade ou a posse camponesa, e, nestes casos, sua extensão se dá através dos bairros rurais e das pequenas e médias localidades regionais.

Marafon (2006), Ferreira e Alencar (2007) e Brandão (2007) destacam que há variadas categorias de “produtores familiares” no Brasil, coexistindo desde propriedades onde há ínfima produção de excedentes e com mínima utilização de tecnologias, até unidades familiares especializadas para o mercado. Esta condição reflete o próprio quadro de desigualdade socioeconômica existente em âmbito nacional. Porém, apesar da importância dos complexos agroindustriais para o contexto brasileiro, no presente trabalho

será dada maior ênfase a “produção familiar”, em especial devido a participação desta na microrregião de Itajubá, Minas Gerais, que será a espacialidade abordada neste artigo.

Transpondo da categoria centrada na propriedade para um recorte espacial, Gomes, Baptista e Chinelatto Neto (2005) apontam que os processos de mecanização e as adoções de novas tecnologias variam entre as regiões e no interior das mesmas. Os fatores que causam tal situação são variados, sendo eles ambientais, econômicos, ou mesmo subjetivos, como as práticas culturais e os interesses familiares.

Ianni (1973), Santos e Silveira (2001) e Marafon (2006) descrevem que a maior parte das políticas de desenvolvimento do meio rural no Brasil contemplou as propriedades notoriamente mercantis, especialmente às voltadas ao mercado externo. Esta prática, que remonta os primeiros ciclos econômicos do Brasil colonial, apesar de alguns benefícios econômicos, resultou, com intensidades regionais distintas, na proletarização dos pequenos produtores rurais, na concentração fundiária, no êxodo rural e na deterioração dos recursos naturais (QUEIROZ, 1973; RIBEIRO, 1995; WANDERLEY, 2001; GONÇALVES & ENGELMANN, 2009).

Em contrapartida, a partir da década de setenta e, especialmente após os anos oitenta, progressivamente os espaços rurais e os ambientes naturais passaram a apresentar novos interesses para a sociedade, a mídia, os poderes públicos e, por consequência, para o setor turístico (DIEGUES, 2001; WANDERLEY, 2001; PANZUTTI, 2002; GONÇALVES, 2003; BRADENBURG, 2005; TEIXEIRA, 2005; MARAFON, 2006; ALMEIDA, 2007; FARIA, 2007; SCHNEIDER, 2009). Com isto, novos arranjos socioespaciais começaram a interferirem nas regiões onde há certa conservação dos recursos naturais.

Esta situação começa a refletir diretamente nas dinâmicas intra-regionais da área de estudos, em especial nos municípios situados na serra da Mantiqueira, onde os atrativos naturais, juntamente com as particularidades da cultura e da produção do espaço, servem como alicerces para a implantação de unidades de conservação e o desenvolvimento das atividades turísticas (CAVALLINI, 2001; ALVES, 2005; FARIA, 2007).

Na serra da Mantiqueira, ocorre um contínuo processo de implantação de unidades de conservação particulares, estaduais e federais, assim como a expansão da atividade

turística. Luchiari (1997), Diegues (2001), Panzutti (2002), Prado (2003) e Ferreira (2004) demonstram as multiplicidades de conflitos econômicos, políticos e socioculturais decorrentes destas transformações para um dado território, e por consequência aos seus moradores, especialmente os historicamente assentados em áreas marginais aos processos de desenvolvimento econômico e que apresentam satisfatórias condições de conservação ambiental. Em determinados contextos espaciais, constitui prática frequente o interesse pela conservação dos recursos naturais, porém, em alguns casos, os grupos sociais mais empenhados pela causa não dependem dos rendimentos provenientes de suas propriedades, o que contrasta com as necessidades dos produtores rurais.

Em políticas de planejamento regional, historicamente o turismo foi apontado como uma atividade que pode colaborar para o desenvolvimento das atividades produtivas, sobretudo em áreas de baixo dinamismo econômico, onde existem recursos propícios para a visitação, como servem de exemplos o TVA – *Tennesy Valley Autority*, nos Estados Unidos, em 1933, o *Plan Nacional d' Aménagement du Territoire*, na França, em 1950, a *Cassa per il Mezzogiorno*, na Itália, também em 1950, e o *Plan de Estabilización*, na Espanha, em 1959 (PUJADAS E FONT, 1999). Apesar de ser visto constantemente como uma atividade que colabora para o desenvolvimento local e/ou regional, e mesmo para a conservação dos patrimônios naturais e culturais, o turismo necessita de um planejamento adequado para o seu desenvolvimento, do contrário o crescimento desta prática econômica resulta mais em prejuízos do que em benefícios aos centros receptores (KRIPPENDORF, 1989; YÁZIGI, 2003; ALVES, 2005).

São corriqueiros os impactos socioambientais decorrentes da atividade turística, sendo exemplos a deterioração da paisagem, a desorganização das relações sociais e culturais dos anfitriões, a especulação imobiliária, o acúmulo de resíduos sólidos, o desmatamento, as construções em áreas inaptas, o encarecimento do custo de vida, dentre variados outros que assolam os mais diversos “paraísos” no Brasil (LUCHIARI, 1997; DIEGUES, 2001; PRADO, 2003; MARAFON, 2006; ALMEIDA, 2007).

Com as transformações que ocorrem nas relações entre campo e cidade, e com a expansão do turismo na microrregião, vem aumentando a prática de atividades não

agrícolas no meio rural da área de estudos (ROQUE, 2001; GONÇALVES, 2003). Autores como Campanhola e Silva (2000), Wanderley (2001), Marafon (2006) e Schneider (2009) descrevem que as pluriatividades no meio rural podem ser decorrentes do baixo retorno financeiro das atividades agrícolas, mas também das novas possibilidades de geração de emprego e renda em outras práticas econômicas, dentre elas o turismo no espaço rural, as agroindústrias, a produção de artesanatos, ou mesmo o mercado de trabalho das áreas urbanas das proximidades.

Tendo em vista as diversidades naturais, culturais, econômicas e populacionais existentes no interior de uma dada espacialidade, Campanhola e Silva (2000) afirmam que o desenvolvimento local/regional requer um planejamento espacial. Para tanto, é fundamental se conhecer as diversas inter-relações existentes entre a sociedade e o espaço geográfico, assim como as dinâmicas internas e externas que atuam sobre um dado território, para, desta maneira, oferecer subsídios para se definir as estratégias para o desenvolvimento socioeconômico regional, em consonância com as especificidades e potencialidades microrregionais.

Segundo Saquet (2003), há a necessidade de se compreender e analisar a totalidade de um território, o que envolve as sucessões de acontecimentos culturais, econômicos e políticos que nele coexistem. Pois, de acordo com Rafestin (1993), do Estado ao indivíduo, passando por distintas organizações econômicas e socioculturais, se encontram os atores que produzem um território, que não obstante, apresentam forças desiguais no controle do poder. O autor descreve ainda que “toda prática espacial, mesmo embrionária, de ações e comportamentos refletem em uma produção territorial” (RAFESTIN, 1993, p. 150), e as consequências destes processos incidem diretamente nas populações e nos recursos naturais e construídos existentes nos espaços locais e regionais.

A microrregião de Itajubá, área de estudos do presente trabalho, apresenta uma organização espacial um tanto contrastante, já que o centro regional (Itajubá) corresponde a 46% da população total e possui, historicamente, nas atividades industriais e do setor terciário a sua base econômica; enquanto há outras municipalidades em que a produção agropecuária é fundamental para a economia e a sociedade local, mas, onde também

interagem novos interesses econômicos, ambientais e de uso e ocupação do solo, tais como o turismo e a conservação ambiental. A análise destes processos de sucessões e coexistências constitui o tema central do presente trabalho, que procurará demonstrar como historicamente foi havendo um processo de “empobrecimento” socioeconômico da microrregião, mas, também, uma contínua valorização da natureza pelo turismo e para a implantação de unidades de conservação.

De acordo com Haesbaert (2010, p. 165) a “territorialização do espaço ocorre pelos processos de apropriação, seja ela concreta ou simbólica”. Mas, de acordo com o autor, é inviável pensar o arranjo territorial como algo puramente funcional ou como fundamentalmente simbólico, pois além das interações com múltiplas intensidades dos fatores econômicos e socioculturais, ainda se deve acrescentar as relações políticas e o próprio meio, com suas características físicas e antrópicas moldadas no decorrer de sua história.

Para a realização desta pesquisa foram utilizados, de maneira integrada, de três procedimentos metodológicos, que são: a revisão bibliográfica, que abrangeu referenciais teóricos, mas também estudos de caso referentes ao contexto microrregional e da serra da Mantiqueira; as coletas e análises de indicadores socioeconômicos e das práticas econômicas do espaço rural regional; e os trabalhos de campo, que permitiram compreender as condições ambientais e a organização espacial da região, assim como para conhecer as principais ações e interesses que se sucederam e coexistiram na área de estudos.

Desta maneira, primeiramente serão apresentadas as características naturais e o processo histórico de ocupação do espaço regional, que foram abordados a partir de referenciais bibliográficos, e também amparados por trabalhos de campo, que ocorreram pelas mais diversas espacialidades da área de estudos. Na sequência serão demonstradas e analisadas as condições socioeconômicas dos municípios da microrregião, em que se evidenciará a relativa precariedade de alguns destes no contexto do Sul de Minas, assim como a importância da agricultura familiar para a economia destas localidades. Sendo apresentadas e discutidas as condições econômicas, socioculturais e ambientais do espaço microrregional, na seção que se segue serão demonstradas algumas ações econômicas e políticas que objetivam a implantação de unidades de conservação e a expansão da

atividade turística em setores da microrregião, em especial nos espaços rurais dos municípios assentados na serra da Mantiqueira.

A microrregião de Itajubá

Aspectos naturais e históricos

Situada na Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, a área de estudos limita-se com o estado de São Paulo e com as microrregiões sulmineiras de Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e São Lourenço. A microrregião de Itajubá possui uma extensão de 2.993 quilômetros quadrados e uma população de 189.251 habitantes, sendo 73,7% residente em áreas urbanas (IBGE, 2010). Na figura 1 será demonstrada a disposição dos municípios pelo espaço regional e algumas de suas características demográficas.

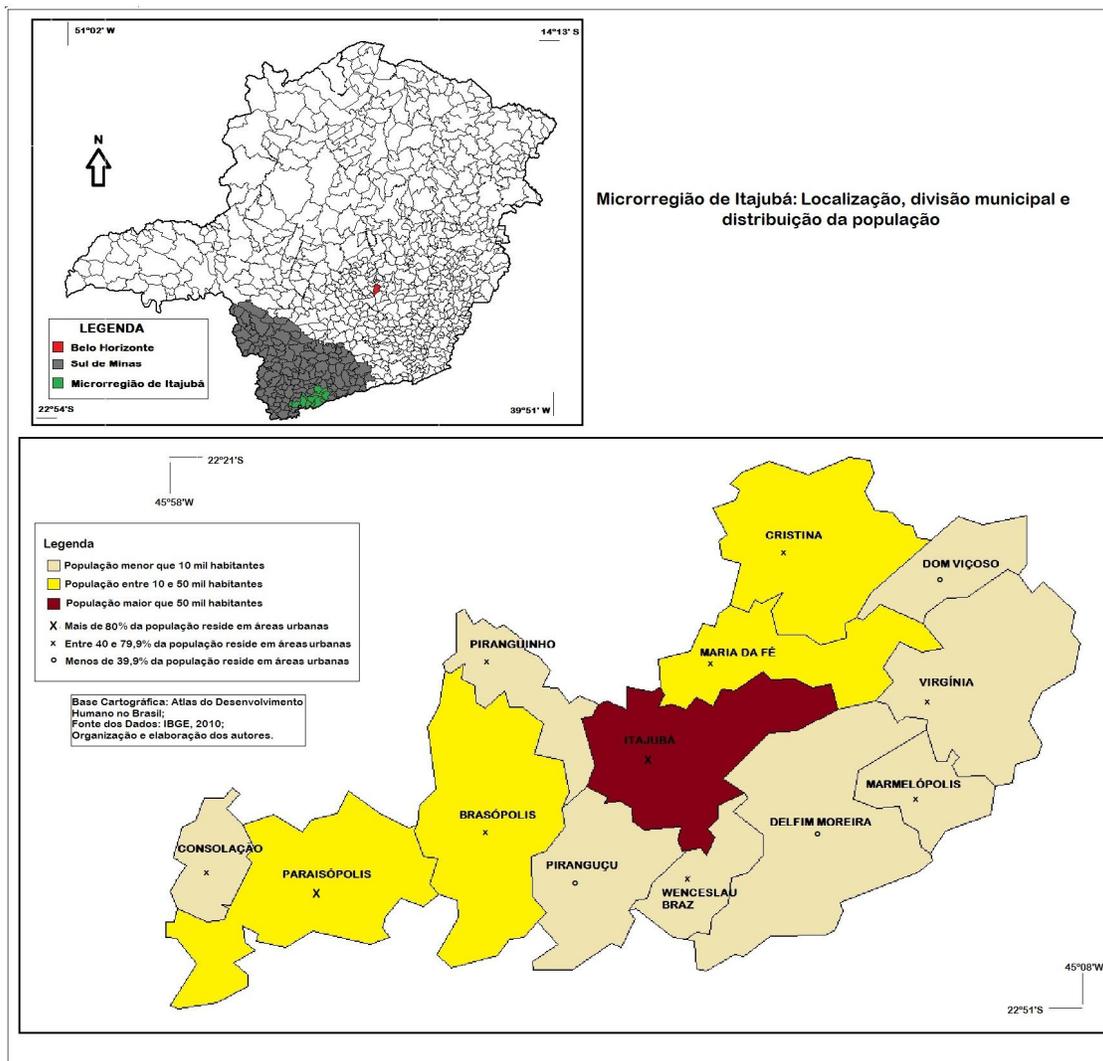


Figura 1 – Aspectos políticos-territoriais e demográficos da microrregião de Itajubá.

Em termos naturais, a maior parte da microrregião estudada está assentada na serra da Mantiqueira, que apresenta como características geomorfológicas a existência de áreas com significativa declividade e amplitude topográfica, sendo o Pico dos Marins (2430 metros) o ponto culminante do espaço microrregional, e o leito do rio Sapucaí (850 metros) o local com menor altitude. Tendo uma paisagem constituída por altas e íngremes encostas, vales encaixados e áreas aplainadas ao longo dos cursos dos rios principais, sendo destaque

para a rede hídrica regional o rio Sapucaí e o rio Lourenço Velho, o processo de ocupação antrópica ocorreu em maior intensidade dos “fundos de vale” em direção às encostas.

Em toda a área, o clima tropical de altitude do tipo Cwb (classificação de Köppen), possui verões brandos e chuvas concentradas nesta estação. Porém, influenciado pelas significativas amplitudes topográficas, há variações microclimáticas relevantes, o que resulta em diversificações biogeográficas e do uso e ocupação do solo.

Nos locais de menor altitude, a formação vegetal predominante é das “florestas tropicais latifoliadas”, que, devido a estar em áreas mais densamente povoadas, se apresentam mais alteradas por ações antrópicas, predominando as atividades agropecuárias, como ocorrem na maior parte dos municípios de Brasópolis e Piranguinho. Nas áreas intermediárias, há o predomínio das “matas de araucárias”, onde a ocupação humana é mais esparsa, e predominam as atividades agropecuárias, silvícolas e as práticas turísticas e recreacionais, a exemplo do que ocorre nos municípios de Delfim Moreira e Maria da Fé. Nos locais mais elevados, situados nos municípios de Marmelópolis, Delfim Moreira, Piranguçu e Wenceslau Braz, há presença dos campos de altitude, sendo locais de baixas densidades demográficas e constituídos majoritariamente por áreas de preservação permanente.

Mesmo havendo um processo de povoamento além-indígena que remonta o século XVII, as condições climáticas regionais não foram incentivadoras para as atividades econômicas mais relevantes no cenário brasileiro da época. O que houve foram algumas práticas agropecuárias e mineradoras, porém sem maiores importâncias econômicas. Tal quadro se modificou em meados do século XIX, quando a microrregião de Itajubá se apresentou como importante produtora de café e de fumo, voltados especialmente para a comercialização nos mercados paulista e fluminense.

Com a implantação das ferrovias, que atingiram a cidade de Itajubá na última década do século XIX, houve a afluência de imigrantes, em especial dos portugueses e italianos, sendo os últimos representativos para o processo de desenvolvimento das indústrias no município. É importante mencionar que Itajubá já apresentava importante atividade industrial e educacional no início do século XX, onde havia a produção de tecidos,

calçados, armamentos, e também faculdades e usinas para produção de energia elétrica, tendo sido considerado o principal centro urbano do Sul de Minas (BERNARDES, 1963).

Em significativa parcela do espaço rural regional, nas áreas menos elevadas, já havia a expansão dos cultivos com finalidades mercantis de café, fumo, arroz, milho e a criação de bovinos e suínos, especialmente dos municípios de Itajubá, Cristina, Brasópolis e Paraisópolis. Nos locais mais altos e frios, se iniciava o cultivo de frutas de clima temperado, como ameixa, figo, pêsego e, especialmente, o marmelo, produzidos comercialmente nos municípios de Delfim Moreira e na atual espacialidade de Marmelópolis (emancipado em 1963). Em ambos os casos, eram notórias as relações entre os produtores rurais e os mercados consumidores e/ou as indústrias, o que favoreceu a expansão da malha ferroviária e das linhas de transmissão de energia elétrica para estes locais, especialmente durante as duas primeiras décadas do século XX.

No entanto, não se deve desprezar, especialmente nas áreas mais longínquas e de restrições naturais na serra da Mantiqueira, a presença de uma organização social e produtiva que perdura, em partes, até os dias atuais, com a formação de bairros rurais com peculiaridades típicas das sociedades “caipiras”. Cândido (1964), Costa (1994) e Ribeiro (1995) as definiram como coletividades com alto grau de parentesco entre seus membros, de baixa estratificação social, com a produção agropecuária envolvendo os membros da família e voltada a subsistência, a transferência da posse da terra obtida através de heranças, as festividades religiosas e o sistema de mutirão como motivadores das relações sociais entre seus membros, a considerável inércia espacial dos moradores e a relação de simbiose entre homem e natureza na produção do espaço.

As constantes, e muitas vezes inadequadas, transformações antrópicas resultaram em variados impactos ambientais, como processos erosivos, queimadas, perda de fertilidade do solo, desmatamentos, introdução de espécies exóticas e a modificação e a contaminação dos recursos hídricos, e que servem para ilustrar a insatisfatória utilização dos recursos naturais em expressivas extensões da microrregião de Itajubá. Estas ocorrências são prejudiciais para a economia, a sociedade e o ambiente regional.

Porém, quando comparado às mais diversas regiões do Sudeste brasileiro, o quadro ambiental regional apresenta um cenário mais favorável, havendo contínuas extensões com apreciável conservação dos recursos naturais, especialmente nas áreas mais elevadas e íngremes da serra da Mantiqueira (CAVALLINI, 2001; MOUSINHO, 2005). Em contrapartida, o mesmo não se pode dizer das suas condições socioeconômicas, que estão dentre as mais precárias de toda a Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas.

Aspectos socioeconômicos e do uso do solo no meio rural

No contexto regional, ao mesmo tempo em que diversos municípios já apresentaram, em passado recente, consideráveis destaques devido à especialização e a produtividade em um determinado setor econômico, como são os casos da fruticultura em Delfim Moreira e Marmelópolis, e a bataticultura em Maria da Fé, atualmente estes referidos municípios contribuem para a relativa precariedade socioeconômica da microrregião de Itajubá, conforme demonstra a tabela 1.

TABELA 1 – Percentual de moradores abaixo da linha da pobreza na microrregião de Itajubá e em outras unidades espaciais selecionadas.

Unidade Espacial	Percentual da população abaixo da linha da pobreza.
Microrregião de Itajubá	28,65
Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas	20,38
Minas Gerais	29,77
Brasil	32,88

Fonte: FJP, IPEA, PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Ao se analisar o quadro microrregional é importante mencionar que o contingente demográfico do município de Itajubá, que corresponde a 46,3% do total (IBGE, 2010), “camufla” a situação. Excetuando o referido município, o percentual da população abaixo da linha da pobreza é de 36,80% na microrregião de Itajubá, índice este superior à das demais unidades espaciais analisadas.

Mesmo em situação mais favorável que das demais localidades da microrregião, em Itajubá 19,3% da população se encontra abaixo da linha da pobreza, situação esta mais precária que de outros municípios da mesma posição hierárquica na rede urbana do Sul de Minas (Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre, Passos e Lavras), o que, em certa medida, ilustra o empobrecimento da área de estudos se comparada às regiões vizinhas.

Na tabela 2 serão demonstrados os dez municípios com maiores percentuais da população abaixo da linha da pobreza, dentre todos os 155 da Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas. Além deste índice, serão apontadas as taxas de urbanização das localidades e a microrregião em que estão inseridas.

TABELA 2 – Municípios com maior percentual de população abaixo da linha da pobreza, dentre todos da Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, em destaque os pertencentes a microrregião de Itajubá.

Municípios	% da população abaixo da linha da pobreza.	Taxa de Urbanização	Microrregião
Serranos	52,88	77,3%	Andrelândia
Marmelópolis	47,74	52,4%	Itajubá
Virgínia	47,68	45,7%	Itajubá
Consolação	43,87	55,0%	Itajubá
Delfim Moreira	43,59	38,0%	Itajubá
Carvalhos	42,84	53,5%	Andrelândia
Dom Viçoso	42,66	33,3%	Itajubá
Alagoa	41,63	41,0%	São Lourenço
Liberdade	41,38	72,4%	Andrelândia
Maria da Fé	41,21	59,0%	Itajubá

Fonte: FJP, IPEA, PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003; IBGE: Censo Demográfico, 2010.

Dentre os dez municípios com maior percentual da população abaixo da linha da pobreza, seis estão na microrregião de Itajubá, o que ilustra a relativa precariedade das condições de vida desta se comparada ao conjunto da Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas. É pertinente reparar, também, os baixos índices de urbanização dos municípios da área de estudos, o que permite, a priori, afirmar a existência de uma correlação entre a

produção agropecuária, a precariedade socioeconômica e as restrições do meio físico, já que todos, parcialmente ou integralmente, estão assentados na serra da Mantiqueira.

Aspectos como os condicionantes do meio físico, a estrutura fundiária, as técnicas de produção e os aspectos locacionais são fatores relevantes no maior ou menor dinamismo do setor primário, resultando em condições socioeconômicas diferenciadas aos produtores e as regiões envolvidas. Na tabela 3 será demonstrada a extensão média das propriedades rurais, a mecanização e os trabalhadores envolvidos na produção agropecuária da microrregião de Itajubá e da Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas.

TABELA 3 – Tamanho médio das propriedades rurais, densidade de trabalhadores no setor primário e mecanização no Sul de Minas e na microrregião de Itajubá.

Unidades Espaciais	Tamanho médio das propriedades rurais (em hectare).	Média de trabalhadores do setor primário por propriedade (% familiares do dono).	Índice de mecanização em relação ao total de propriedades.
Microrregião de Itajubá	41,8	2,32 (78,2)	0,059
Macr. Planej. Sul de Minas	40,5	3,95 (49,6)	0,207

FONTE: Censo Agropecuário, IBGE, 2006.

Tendo como parâmetro os dados da tabela 3, fica evidente o papel da agricultura familiar para a microrregião de Itajubá, pois quase 80% dos trabalhadores no meio rural são parentes do proprietário do estabelecimento. Porém, apesar do tamanho médio das propriedades serem um pouco mais extensas que a média sulmineira, na área de estudos são inferiores o número médio de trabalhadores por propriedade, e, também, o índice de mecanização da produção. A exceção neste contexto é o município de Maria da Fé, onde as propriedades rurais são consideravelmente mais extensas (178,8 hectares em média) e o índice de mecanização maior (0,211) que as médias da microrregião, e mesmo que as do Sul de Minas; tal situação é decorrente da produção mercantil da batata inglesa, prática importante para a economia local.

Comparadas com a situação da Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, o índice de mecanização da microrregião de Itajubá é relativamente baixo, da mesma forma que ocorre nas regiões fronteiriças dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, situadas na serra da Mantiqueira (IBGE, 2006). Esta situação se deve, em partes, ao relevo notoriamente mais movimentado da serra da Mantiqueira, onde se encontram setores da microrregião analisada, mas, também, devido ao menor desenvolvimento do setor primário em diversos municípios, onde a mão de obra familiar assume papel de evidente importância para a produção econômica, praticada muitas vezes em propriedades com condições físicas inaptas, e com produtores pouco capitalizados e tecnificados, o que resulta na ocorrência de impactos ambientais variados e em baixa produtividade média das propriedades, fator este que será demonstrado na tabela 4.

TABELA 4 – Média da produtividade econômica anual das propriedades rurais de unidades espaciais selecionadas.

Unidades Espaciais	Média da Produtividade Econômica anual das propriedades rurais, em reais (2006).
Microrregião de Itajubá	16.256,74
Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas	43.841,54

FONTE: IBGE, 2006.

A média da produtividade econômica das propriedades rurais da microrregião de Itajubá é inferior a 40% da averiguada para o Sul de Minas. Além disso, nenhum município da área de estudos apresenta índice superior ao contexto sulmineiro, sendo Maria da Fé (média de 39,78 mil reais/ano) o de maior expressão. Esta situação pode constituir um “caminho” para se compreender a precariedade socioeconômica da área de estudos, que apresenta municípios onde a população rural é significativa dentro do quadro demográfico regional, as propriedades se apresentam relativamente extensas, mas os retornos econômicos são sensivelmente baixos para o padrão do Sul de Minas.

Primeiramente, é fundamental ressaltar a importância de algumas práticas econômicas nos espaços rurais de certas microrregiões sulmineiras, a exemplos da cafeicultura nas

microrregiões de Varginha, Alfenas, São Lourenço e São Sebastião do Paraíso, da fruticultura nas microrregiões de Pouso Alegre e Poços de Caldas, da avicultura na microrregião de São Lourenço, da pecuária leiteira nas microrregiões de Lavras e Passos, da produção de cereais nas microrregiões de Alfenas, Varginha, São Sebastião do Paraíso e Passos, e mesmo do turismo no espaço rural nas microrregiões de São Lourenço, Poços de Caldas, Passos, Alfenas, Pouso Alegre, Lavras e São Sebastião do Paraíso. Em todas estas situações descritas, a presença de uma atividade “primaz” contribui para a existência de uma cadeia produtiva que envolve centros de pesquisas e difusão de conhecimento, agro industrialização, cooperativas de produtores, sistemas de armazenamento e transportes, eventos técnicos e científicos, dentre outros, sendo mais evidentes tais inter-relações na cafeicultura, onde o Sul de Minas é a principal região produtora/exportadora nacional (FERREIRA & ALENCAR, 2007).

Porém, nem sempre a microrregião de Itajubá careceu de atividades econômicas que, em tempos pretéritos, a área foi referência em âmbito nacional quanto ao volume e a produtividade, sendo exemplos a fruticultura e a bataticultura. Todavia, por fatores endógenos e exógenos, estas atividades atualmente apresentaram consideráveis processos de decadência, como será ilustrado a seguir.

A fruticultura nos municípios de Delfim Moreira e Marmelópolis evidencia bem esta situação. No período entre as décadas de dez e setenta do século XX, Delfim Moreira e Marmelópolis, e em menor escala Wenceslau Braz e Virginia, foram referências na produção de frutas de clima temperado, como ameixa, figo, pêra, maçã, pêssego e, especialmente, o marmelo. A produção industrial era realizada por empresas de capitais externos a região, tais como a Cica, a Matarazzo, a Peixe e a Colombo; e de capital local havia a “Produtores”, criada e administrada por produtores do município de Delfim Moreira. A concorrência com doces e polpas importadas, a crise das empresas e a queda da produtividade dos pomares são os fatores creditados como responsáveis pela decadência da atividade (FARIA, 2004; ALVES, 2005). Com o decréscimo econômico veio o processo de despovoamento, resultado da significativa emigração, que fez com que o município de Delfim Moreira, por exemplo, apresentasse em 2010, menos de 80% do número de habitantes do ano de 1970 (IBGE: Censos Demográficos).

A bataticultura em Maria da Fé, e em menor escala em Cristina, também apresentou notória importância para a economia local e regional. Considerada a maior produtora nacional, ao longo das décadas de setenta e oitenta, em Maria da Fé a atividade econômica entrou em declínio devido a fatores externos, como a concorrência de outras regiões produtoras, mas, especialmente, por questões internas, tais como a comercialização *in natura*, a falta de planejamento econômico dos produtores e, também, a considerável degradação do solo e a contaminação dos recursos hídricos (FARIA, 2004).

No meio rural da microrregião de Itajubá, atualmente, predominam propriedades que utilizam majoritariamente da mão de obra familiar e que interagem a produção voltada à subsistência com um pequeno excedente destinado a comercialização, em especial nos mercados local/regional. Merecem destaques, dentre os produtos comercializáveis, a banana, o leite, o café, o arroz e as hortaliças e legumes nas áreas de menor altitude, e a piscicultura de trutas e o cultivo de batatas e de frutas nos setores mais elevados, porém, nestes casos, com exceção da truticultura, em quantidade muito inferior aos períodos áureos destas produções.

É importante ressaltar o papel das atividades industriais em Itajubá, e em menor escala em Paraisópolis, para a economia regional, e, conseqüentemente, na geração de empregos para moradores das próprias cidades e localidades vizinhas (inclusive as rurais), que contam com sistemas de transportes oferecidos pelas próprias empresas empregadoras. Na mesma intensidade quanto à hierarquia urbana, estas cidades também provêm considerável número de postos de trabalho nos setores comerciais e de serviços, e que atraem moradores provenientes dos espaços rurais, em especial as mulheres.

Excetuando Itajubá, Paraisópolis e Piranguinho (cidade situada à 10 quilômetros da área urbana itajubense, com certa função de “dormitório”), o pequeno potencial de retenção dos municípios pouco populosos, aliado a atração de migrantes pelos centros urbanos mais desenvolvidos economicamente, inclusive os externos ao Sul de Minas, fizeram com que diversas localidades da área de estudo apresentassem estagnação, ou até mesmo decréscimo populacional, ao longo das últimas décadas, a exemplos de Brasópolis, Cristina, Delfim Moreira, Marmelópolis, Piranguçu e Virgínia (IBGE, 1970, 1991 e 2010).

As condições naturais, locacionais, socioculturais e econômicas regionais podem vir a colaborar para a reversão deste processo de estagnação que paira sobre a microrregião de Itajubá, sendo fundamental, para isto, a articulação e interação entre atividades econômicas propícias às características da área de estudo. Necessariamente a melhor utilização dos recursos naturais contribuirá para o maior desenvolvimento socioeconômico regional, assim como colaborará para a conservação ambiental e a fixação da população na área de estudo.

Conservação ambiental e turismo na microrregião de Itajubá

Seja através de leis ou pela destinação de investimentos, o comando técnico de um território sofre recorrentes influências das decisões tomadas em âmbito nacional, e que incidem na economia, na sociocultura e na organização espacial dos mais distintos territórios locais e regionais. Assim, frequentemente as ordens são procedentes de centros distantes, ficando ao cargo das sociedades locais a realização funcional das práticas produtivas, a organização espacial das atividades, e a circulação pelo território (SANTOS, 1996).

Os territórios, de acordo com Souza (2000), são vistos como “campos de forças”, uma rede de relações que, tendo em vista suas complexidades internas, determinam ao mesmo tempo um limite, uma alteridade, o que distingue o ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*). No contexto territorial abordado nesta pesquisa, os interesses internos e externos são muitas vezes divergentes, em especial devido aos ideais conservacionistas e de desenvolvimento turístico, em que a imposição das leis e a atuação dos empreendedores do setor de turismo nem sempre são condizentes com as necessidades e vontades das populações locais, em especial as estabelecidas nos espaços rurais da serra da Mantiqueira.

Com os movimentos “contraculturais”, tendo como destaques neste caso específico os *hippies* e ambientalistas, houve, no decorrer das últimas décadas, um contínuo processo de valorização dos recursos naturais como alicerce a uma boa qualidade de vida e, também, como sustentáculo para o desenvolvimento econômico. Além das leis de proteção ao meio natural, que restringem o uso do solo em áreas de fragilidade e/ou de importância ecológica,

uma parcela da população e das empresas começou a desenvolver novas condutas frente ao meio em que vive, seja pela tomada de consciência e/ou por receio da fiscalização e da autuação pelos órgãos com tais atribuições. Porém, é necessário questionar se este contexto foi marcado apenas por belas e nobres ações visando o coletivo, ou se a partir da bandeira da “conservação ambiental”, foi surgindo graves problemas sociais e mesmo ao meio físico.

É fato que o processo histórico de produção econômica gerou inúmeros impactos ambientais, tais como erosões, queimadas, introdução de espécies exóticas, contaminação e degradação dos recursos hídricos e do solo, desmatamentos, dentre inúmeros outros, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais. Tendo em vista a fragilidade ambiental de significativa extensão da microrregião de Itajubá, em diversos casos a inter-relação entre sociedade, economia e natureza foi prejudicial aos três, impossibilitando melhores retornos financeiros, a conservação ou a adequada utilização dos recursos naturais e, por consequência, o avanço das condições socioeconômicas dos moradores.

No caso específico da microrregião de Itajubá, da mesma maneira que em outras regiões brasileiras e/ou globais, duas práticas se tornaram corriqueiras: a supervalorização do turismo como uma atividade econômica “salvadora” das economias local/regional e a implantação de unidades de conservação. Em ambos os casos, é necessário compreender como estes processos interatuam no contexto regional e de que maneira eles beneficiam e/ou prejudicam os seus moradores.

Primeiramente, é fundamental descrever estes processos na totalidade da serra da Mantiqueira, onde está localizado o mais antigo parque nacional do Brasil, o Itatiaia, que abrange superfícies dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Até a década de setenta do século XX, o entorno desta unidade de conservação atraía um pequeno número de visitantes, em sua maior parte alternativos, aventureiros e estudiosos ligados às ciências naturais. Mas, com o processo de valorização da natureza como recurso turístico, houve o adensamento de construções e a maior afluência de visitantes, especialmente nos vilarejos fluminenses de Visconde de Mauá, Maringá e Maromba (QUINTEIRO, 2008). O que é contraditório, e que também ocorreu em localidades onde o turismo tem uma pretérita

importância, como Monte Verde (MG) e Campos do Jordão (SP), foi que este processo de turistificação ocorreu degradando a natureza e marginalizando os habitantes locais.

Posteriormente, na década de oitenta, foi implantada, através de decreto federal, a Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira, que, por ser considerada de “uso sustentável”, permite apenas o desenvolvimento de atividades “não impactantes” em seus domínios. Neste quadro, ao invés de se promover, juntamente com órgãos ligados ao setor educacional e agropecuário, a maior capacitação dos produtores rurais, muitos em terras historicamente pertencentes aos seus antepassados, foi incentivado, a partir de ações municipais, estaduais e nacionais, o desenvolvimento turístico regional, o que favoreceu a expansão da atividade, e atraiu majoritariamente investidores externos a região. Mesma situação se refletiu na Área de Preservação Ambiental Fernão Dias, implantada pelo governo de Minas Gerais no início do presente século, nos limites ocidentais da serra da Mantiqueira.

Os impactos socioambientais decorrentes da atividade turística, em municípios da serra da Mantiqueira, já foram analisados por Mendes Júnior (1991), Costa (1994), Andrade (2003), Gonçalves (2003), Alves (2005), dentre outros. Os mais recorrentes dentre estes impactos são a marginalização das comunidades locais, a especulação imobiliária, o encarecimento do custo de vida, a descaracterização cultural, as construções em áreas com restrições do meio físico, os desmatamentos atrelados ao crescimento populacional, o aumento da quantidade de rejeitos, a artificialização das paisagens e, principalmente, os discrepantes interesses entre os moradores e os investidores. Neste último caso, é incoerente como se prioriza, por parte dos investidores e frequentemente com o “aval” do poder público, as ações publicitárias em detrimento das políticas de planejamento e ordenamento espacial.

Nesta conjuntura, nem sempre ética e justa, de conservação e turistificação, que os moradores locais muitas vezes vão sendo “empurrados” para longe de seus locais de origem, o que necessariamente é uma contradição. De uma maneira geral, as comunidades inseridas nas regiões onde atualmente se encontram espacialidades com satisfatórias condições de qualidade ambiental, são as principais responsáveis pela própria conservação do meio. O “paraíso” hoje almejado pelo cidadão urbano, que busca, nestas áreas remotas, os locais

para seu descanso ou contemplação da natureza, é o próprio resultado das práticas culturais de uso do solo das comunidades que ali historicamente residem.

A baixa capacitação técnica, a escolaridade insuficiente, a ínfima capitalização, a restrita produtividade das atividades econômicas, a precariedade dos serviços públicos e, aliados a isso, a inércia espacial de seus moradores, fazem com que estas coletividades passem a ser vistas, pelos habitantes citadinos, como atrasadas, arcaicas, predadoras dos recursos naturais, enfim, como legítimos entraves a conservação ambiental. Isto acaba sendo um paradoxo, pois, com a valorização do rural e da natureza pela sociedade “pós-moderna”, os espaços ocupados secularmente por estas comunidades passaram a ser almejados pelos cidadãos “urbanos e modernos” para a prática da atividade turística em suas múltiplas facetas. Assim, há a proliferação de hospedarias, residências secundárias, condomínios rurais, dentre outras formas de ocupação não necessariamente “sustentáveis”, termo este recorrentemente utilizado pelos empreendedores turísticos, ou mesmo pelo poder público, para anúncios publicitários (LUCHIARI, 1997; DIEGUES, 2001; PRADO, 2003; QUINTEIRO, 2008).

A situação descrita se torna ainda mais grave porque são nas áreas mais remotas da serra da Mantiqueira, onde coexiste a significativa conservação ambiental com a certa precariedade das condições socioeconômicas dos moradores, que as pressões decorrentes da atividade turística são mais intensas, em alguns casos gerando conflitos consideráveis com as comunidades locais e, até mesmo, com as unidades de conservação. O que é mais complexo, e contraditório, ainda, é que nestes locais os próprios administradores públicos, por desconhecimento e/ou “interesses obscuros”, preferem incentivar o turismo como atividade primaz, ao invés da interação entre distintas práticas econômicas, que claro não excluíam a própria atividade turística.

Neste contexto, a microrregião de Itajubá, da mesma maneira que em outras atividades econômicas existentes no meio rural, apresenta notório “atraso” também no processo de turistificação e mesmo de implantação de unidades de conservação públicas e privadas. Mas até quando?

No final da década de noventa do século XX, alguns municípios passaram a apresentar um processo de expansão do turismo, através do empenho do poder público, como foi o caso de Maria da Fé, contemplado com um projeto piloto do Sebrae/MG de “turismo rural”, ou de Delfim Moreira, onde alguns empresários implantaram infraestruturas voltadas ao turismo, como pousadas, pesqueiros, *campings* e agências de receptivo. No primeiro caso, o programa não prosperou, por se “empenhar” apenas em favorecer alguns proprietários, geralmente afetados pela crise da bataticultura e que possuíam “atrativas” residências, foi deixado de lado outros potenciais municipais, em especial os recursos naturais; no segundo, a negligência do poder público foi tamanha que nem ao menos foi sinalizado o município, melhoria esta que beneficiaria não só os turistas, mas os próprios moradores que se deslocam pelo espaço rural delfinense.

Neste mesmo período, a Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais, incentivou (obrigou) que os municípios se organizassem em “Circuitos Turísticos”, o que, pelo menos na realidade da microrregião de Itajubá, significou envolver pessoas nos núcleos gestores dos circuitos, não necessariamente por seus conhecimentos científicos e técnicos, mas muito mais pelos seus engajamentos políticos. Neste quadro não é difícil compreender que os resultados não foram satisfatórios e tampouco se encontram em um cenário muito mais promissor.

Mas, por que tantas incoerências? Não são incomuns no Brasil, as ações de planejamento que não almejam o bem estar coletivo, mas sim o desenvolvimento de uma atividade ou setor do território sem interatuar com outros potenciais existentes. Neste contexto, em que envolve a sociedade, o meio onde esta se insere, e os potenciais decorrentes para o desenvolvimento socioeconômico atrelado a conservação ambiental, como não haver a integração dos moradores com o desenvolvimento turístico? Para que expulsar os moradores para implantar uma unidade de conservação, se estes mesmos já colaboraram para a manutenção do “paraíso”? Mas as idéias existem, e o projeto de implantação do Parque Nacional “Altos da Mantiqueira” ilustra muito bem estas incoerências.

Proposto em 2009, pelo Ministério do Meio Ambiente, e com uma área prevista de 87.000 hectares, o parque iria abranger áreas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Estipulados os seus limites a partir de critérios pouco convincentes, os municípios de Delfim Moreira e Marmelópolis iriam ter, respectivamente, 30,7% e 27,1% de seus territórios ocupados pela unidade de conservação de proteção integral, o que significaria a desapropriação, parcial ou integral, de mais de cem propriedades rurais. O mais “contraditório” é que considerável parcela do proposto parque é área de preservação permanente e está inserido dentro da já existente Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira. Portanto, qual a validade de se criar esta unidade de conservação para os reais usuários do território? Para onde iriam os moradores, e o que seriam de suas terras secularmente ocupadas por seus antepassados?

Felizmente, neste caso, moradores das mais diversas localidades envolvidas neste projeto se posicionaram contra a implantação da unidade de conservação. O que, de certa maneira, atraiu até o posicionamento da mídia, de organizações não governamentais, dos poderes públicos municipais, dentre outros atores sociais regionais, o que adiou a implantação da unidade de conservação e os seus consequentes impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Espera-se, dentro deste contexto, que tal “união” através de um objetivo comum se converta em outras ações que resultem na conservação ambiental e no desenvolvimento socioeconômico dos moradores. Um campo propício existe na própria microrregião de Itajubá, e a possibilidade de diversificação das atividades econômicas no espaço rural bem ilustra esta situação, com a inserção e a valorização (revalorização) de práticas aptas as condições naturais, culturais e locais regionais, a exemplos da olivicultura, da piscicultura de trutas, da vitivinicultura, da fruticultura, do turismo no espaço rural e da apicultura, mas também, com a aplicação de novas técnicas de produção e comercialização, como a consorciação de culturas, a agroindustrialização, o cultivo orgânico e a formação de associações e cooperativas.

Em um cenário onde os próprios produtores rurais se tornam vetores do desenvolvimento local/regional, a utilização adequada dos recursos naturais e, por

consequência, o próprio desenvolvimento turístico podem ocorrer com melhores resultados e, assim, beneficiar os habitantes locais. Neste contexto, a integração entre os moradores, mas, também, entre as políticas governamentais e os interesses privados devem ser vistas como prioritárias, já que as populações locais serão as principais beneficiadas e/ou prejudicadas pelas mudanças em seus espaços vividos.

Considerações finais

Conservar a natureza, promover o desenvolvimento socioeconômico, valorizar a cultura e integrar as pessoas em um objetivo comum. Belos termos, muito propagados na sociedade “pós-moderna”, porém de difícil conciliação em um território, pelo menos na integridade e democratização destes ideais.

Localizada entre as três principais metrópoles brasileiras, a serra da Mantiqueira passou a ser vista, progressivamente, como um local a se conservar e a se contemplar. Mas, infelizmente, não transparece que tais benefícios visam os moradores da região, mas sim os cidadãos urbanos em seus momentos de lazer e também aos investidores do setor de turismo. Várias outras espacialidades passam e passaram por este processo, sendo o litoral brasileiro bastante representativo. Mas o que vale conservar os recursos naturais e privar seus moradores de usufruí-los no cotidiano, qual a intenção de se pensar a visitação de um local que foi artificializado visando apenas os turistas?

Neste contexto dual, entre o que se propaga e o que realmente se realiza, a área de estudos deste trabalho oferece um cenário um tanto complexo. Por um lado, o processo histórico de ocupação, aliado a decadência de atividades tradicionais e a utilização de técnicas e de atividades produtivas inaptas às características regionais, levou a um processo de considerável deterioração dos recursos naturais, a prejuízos econômicos e a relativa precarização da qualidade de vida dos moradores de diversos municípios; por outro, existem condições para o desenvolvimento socioeconômico e a adequada utilização dos recursos naturais, para tanto é necessário incentivar as práticas econômicas mais propícias às características socioespaciais regionais, e isto não exclui a própria atividade turística,

desde que esta seja planejada e beneficie os moradores. Assim, os resultados destes processos estarão necessariamente dependentes das ações acertadas do poder público em consonância com os atores sociais que atuam no território, e que eles sejam positivos!

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. Turismo e os paradoxos no consumo e conservação do meio ambiente. **Ateliê Geográfico**, v. 1, n. 2. Goiânia: IESA/UFG, p. 102 - 118, 2007.

ALVES, Heberton Fabrício Inocêncio. **Turismo e desenvolvimento: a dimensão cultural na Serra da Mantiqueira (MG)**. Santa Maria: UFSM, 2005. 212 pg.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. **Análise da evolução do turismo em Gonçalves, Minas Gerais**. 111 f. Monografia (Especialização em Geografia do Turismo). UNESP, Rio Claro, 2003.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcante. **Enciclopédia dos municípios brasileiros: Grande Região Leste – o Planalto**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. 331 p.

BRADENBURG, Alfio. Ciências Sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente e Sociedade**, v. 8, n. 1. Campinas: UNICAMP, p. 1 - 13, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, v.1, n.1. Campinas: UNICAMP, p. 37 - 64, 2007.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 17, n. 1. Brasília: EMBRAPA, p. 11 - 40, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. 239 p.

CAVALLINI, Marcelo Meirelles. **Agricultura tradicional, composição paisagística e conservação da biodiversidade na região sul mineira: contribuição para o desenvolvimento rural sustentável**. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências). UFSCAR, São Carlos, 2001.

COSTA, João Pedro de Oliveira. **Aiuruoca, Matutu e Pedra do Papagaio: um estudo de conservação do ambiente natural e cultural**. São Paulo: Edusp, 1994. 250 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ªed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2001. 169 p.

FARIA, Helena Mendonça. **Alto e Médio Sapucaí: cenários para o planejamento ambiental**. 2007, 201 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). USP, São Paulo, 2007.

FARIA, Isabel Mendonça. Efervecência e decadência de atividades agrícolas: a questão ambiental como causa da decadência e como saída para a retomada do desenvolvimento. **Segundo Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas)**. (Anais). Campinas/Indaiatuba: Unicamp, 2004, pp. 1 - 20.

FERREIRA, Lucia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v. 7, n. 1. Campinas: UNICAMP, p. 47 – 68, 2004.

FERREIRA, Patrícia Aparecida; ALENCAR, Edgard. Potencialidades e limitações da agricultura familiar no Sul de Minas: um diagnóstico fundamentado na abordagem interpretativa. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 9, n. 3. Lavras: UFLA, p. 421 - 436, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1976. 248 p.

GOMES, Adriano Provezano; BAPTISTA, Antônio José Medina dos; CHINELATTO NETO, Armando. Impactos regionais da mudança tecnológica do setor agrícola de Minas Gerais. **XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. (Anais). Ribeirão Preto: Sober, 2005, pp. 1 - 17.

GONÇALVES, Yumi Kawamura. **Perspectivas para o desenvolvimento do turismo em áreas rurais: o caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG)**. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). UNICAMP, Campinas, 2003.

GONÇAVES, Sérgio; ENGELMANN, Sandra Andreia. A agroecologia e a reestruturação do desenvolvimento rural. **Campo - Território: Revista de Geografia Agrária**, v.4, n.8. Uberlândia: IG/UFU, p. 29 - 51, 2009.

HAESBERT, Rogério. **Regional - Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

IANNI, Octávio. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (org.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973. pp. 184 - 198.

IBGE: Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 235 p.

LUCHIARI, Maria Teresa Duarte Paes. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo - Modernidade - Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. pp. 136 - 154.

MARAFON, Glaucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo - Território: Revista de Geografia Agrária**, v.1, n.1. Uberlândia: IG/UFU, p. 17 - 40, 2006.

MENDES JÚNIOR, Luis Osvaldo (et al). **Relatório Mantiqueira**. São Paulo: Fedapam, 1991. 54 p.

MOUSINHO, Mirian Gomes. **Diagnóstico sócio-econômico do corredor ecológico da Mantiqueira**. Belo Horizonte: Valor Natural, 2005. 58 p.

PANZUTTI, Nilce da Penha Miguelles. **A caminho da terra: a mata**. 2002. f. 247 pg. Tese (Doutorado em Antropologia). UNICAMP, Campinas, 2002.

PRADO, Rosane Manhães. As espécies exóticas somos nós: reflexões a propósito do ecoturismo na Ilha Grande (RJ). **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 20. Porto Alegre: UFRGS, p. 1 – 18, 2003.

PUJADAS, Romà; FONT, Jaume. **Ordenación y planificación territorial**. Madrid: Síntesis, 1999. 399 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (org.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973. pp. 199 - 219.

QUINTEIRO, Juliana Martins da Costa. **Proteção ambiental na gestão de áreas turísticas em unidades de conservação: o caso da região de Visconde de Mauá (RJ, MG)**. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

RAFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Atlas, 1993. 269 p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470 p.

ROQUE, Andreia Maria. **Turismo no espaço rural brasileiro: um estudo multicaso no Sul e Sudoeste de Minas Gerais**. 2001. f. 102 pg. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). UFLA, Lavras, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 259 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil: território e sociedade no início do séculoXXI**. 3ªed. São Paulo: Record, 2001. 471 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003. 240 p.

SCHNEIDER, Sérgio. Ciências Sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo - Território: Revista de Geografia Agrária**, v.4, n.7. Uberlândia: IG/UFU, p. 24 - 62, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 77 - 116.

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidades de conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 59. São Paulo: ANPOCS, p. 51 - 66, 2005.

WANDERLEY, Maria Nazareth Braudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. pp. 31 – 44.

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo**. São Paulo: ed. Contexto, 2003. 359 p.

Recebido em 08/07/2012 Aceito para publicação em 19/07/2013.
